

CC02/C06
Fls. 292

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍVEIS
SEXTA CÂMARA**

Processo n° 11330.000918/2007-18
Recurso n° 151.943 De Ofício
Matéria RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA
Acórdão n° 206-01.554
Sessão de 06 de novembro de 2008
Recorrente DRJ - RIO DE JANEIRO
Interessado PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A E OUTROS

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/05/1995 a 31/01/1998

PREVIDENCIÁRIO - CUSTEIO - RECURSO DE OFÍCIO -
NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO -
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - PROCEDIMENTO
FISCAL NA CONTRATADA - EXAME DA
CONTABILIDADE - LANÇAMENTO EM DUPLICIDADE.

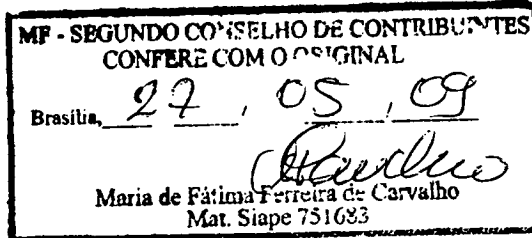
A autoridade fiscal constatando que um ou mais dos devedores solidários havia sido objeto de auditoria fiscal com exame da contabilidade, o auditor deveria abster-se de constituir o crédito previdenciário.

Recurso de Ofício Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

1

Processo nº 11330.000918/2007-18
Acórdão n.º 206-01.554



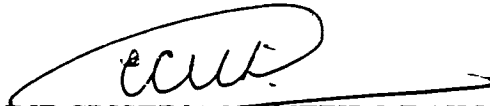
CC02/C06
Fls. 293

ACORDAM os membros da SEXTA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Fez sustentação oral o(a) advogado(a) da recorrente Dr(a). Renato de Oliveira Silva, OAB/RJ nº 133.477.



ELIAS SAMPAIO FREIRE

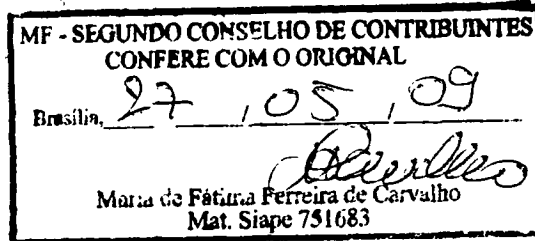
Presidente



ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA

Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Rogério de Lellis Pinto, Bernadete de Oliveira Barros, Cleusa Vieira de Souza, Ana Maria Bandeira, Lourenço Ferreira do Prado e Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira.



Relatório

A presente NFLD tem por objeto as contribuições sociais destinadas ao custeio da Seguridade Social em virtude do instituto da responsabilidade solidária, na contratação de serviços mediante cessão de mão de obra. O período compreende as competências maio/1995 a janeiro/1998.

A base de cálculo dos segurados utilizados na prestação de serviços mediante cessão de mão de obra pela empresa TRANSBET TRANSPORTE DE BETUNES LTDA foram obtidas mediante a verificação das notas fiscais, contratos e boletins de medição. A base de cálculo apurada por meio de aferição do salário de contribuição seguiu os parâmetros do art. 33 da Lei 8212/91, c/c com a regra estabelecida na Ordem de Serviço INSS/DAF nº 83/1993, OS nº 176/1997 e IN nº 70/2002, cada uma dentro do seu período de vigência, conforme descrito no relatório fiscal.

A empresa contratante, ora notificada, na qualidade de responsável solidária, deveria manter toda a documentação capaz de elidir a referida responsabilidade, o que não fez, deixando, pois, de apresentar perante a autoridade fiscal: as folhas de pagamento, guias de recolhimento e declaração de contabilidade.

Importante, destacar que a lavratura da NFLD deu-se em 29/09/2003, tendo a cientificação ao sujeito passivo ocorrido na mesma data. Contudo, relevante informar que o procedimento fiscal teve início em 10/10/2002, com a ciência do MPF, servindo este como medida preparatória para o lançamento.

Não conformado com a notificação, foi apresentada defesa pela notificada, fls. 59 a 65.

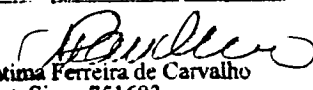
Manifestou-se também a empresa contratada, às fls. 70 a 81, no sentido de não existirem contribuições a serem recolhidas, posto o seu pagamento na época devida, ademais o período encontrava-se decadente.

A Decisão-Notificação confirmou a procedência parcial do lançamento fiscal, fls. 98 a 108.

Não concordando com a decisão do órgão previdenciário, foi interposto recurso, conforme fls. 115 a 122. Em síntese, a recorrente alega o seguinte: decadência das contribuições exigidas, conforme CTN; inexistência de cessão de mão de obra que justificasse a responsabilidade solidária; antes da cobrança do devedor solidário, deve o crédito ser lançado contra o devedor principal; a base de cálculo apurada encontra-se indevida; não tem competência o tomador dos serviços para fiscalizar a regularidade do prestador; requer o cancelamento da NFLD.

A empresa prestadora também apresenta seu recurso às fls. 126 a 144.

O processo foi baixado em diligência para que a autoridade fiscal se manifeste acerca dos recursos interpostos, tendo o auditor emitido informação fiscal no sentido de refutar os argumentos apresentados, fls. 150 a 152.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, 27, 05, 09  Maria de Fátima Ferreira de Carvalho Mat. Siapc 751683	CC02/C06 Fls. 295
---	----------------------

A autoridade previdenciária apresenta suas contra-razões às fls. 154 a 160.

O processo foi apreciado no âmbito da 2ª Caj, que decidiu pela nulidade da decisão notificação para que sejam adotadas as cautelas mínimas por parte da autoridade fiscal evitando o lançamento em duplicidade, fls. 161 a 164.

Não concordando com a decisão do CRPS a unidade descentralizada da SRP, pediu revisão de acórdão, consubstanciado no art. 60 da Portaria/MPS nº 88/2004, fls. 165 a 170.

A empresa notificada apresenta contra-razões às fls. 174 a 177, bem como a empresa contratada, fls. 181 a 188.

A 2ª CaJ não acatou o pedido revisional por entender tratar-se de mera rediscussão da matéria, visto não ter a autoridade previdenciária não ter apresentado os dispositivos legais infringidos quando do julgamento anterior.

Foi exarada nova decisão notificação que concluiu pela improcedência do lançamento, visto a ocorrência de ação fiscal com exame da contabilidade na empresa contratada, o que ao teor dos atos normativos que regem o tema o torna insubsistente, fls. 285 a 291.

É o Relatório.

Voto

Conselheira ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA, Relatora

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE:

Trata-se de Recurso de Ofício apresentado pela unidade local da SRP, nos termos do art. 366, § 2º, do RPS e art. 1º, I da Portaria MPS nº 158, de 11 de abril de 2007, por ter sido julgado improcedente lançamento decorrente da responsabilidade solidária.

DO MÉRITO

Conforme demonstrado no relatório fiscal a empresa Petrobrás contratou serviços mediante cessão de mão de obra da empresa TRANSBET TRANSPORTE DE BETUNES LTDA, todavia restou comprovado a ocorrência de ação fiscal na empresa contratada, com fiscalização total, por meio do exame da contabilidade de todo o período.

Note-se que o processo em questão já foi objeto de apreciação no âmbito da 2ª CaJ/CRPS, que por meio do acórdão 659/2004, decidiu pela nulidade da DN, determinando que o INSS deveria apresentar elementos, obtidos da análise contábil da empresa notificada, que justificassem o procedimento adotado.

Após a negativa de pedido de revisão formulado pela SRP, que discordava da nulidade da DN, houve a manifestação do Conselho Pleno do CRPS que exarou o Enunciado nº 30 editado pela Resolução nº 1/20007, publicado no DOU de 05/02/2007, que dispõe:

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 27.05.09
Maria de Fátima Ferreira de Carvalho
Mat. SIAPE 751683

“Enunciado nº 30: Em se tratando de responsabilidade solidária o fisco previdenciário tem a prerrogativa de constituir os créditos no tomador do serviços, mesmo que não haja apuração prévia no prestador do serviço.”

Ou seja, da mesma forma que o enunciado deixa claro não existir a necessidade de fiscalizar primeiro o prestador de serviços, também nos remete a verificação da existência de fiscalização total na prestadora, evitando o lançamento em duplicidade das contribuições resultantes da contratação de prestação de serviços.

Assim, ao proceder a verificação a autoridade fiscal notificante, constatou que a empresa prestadora havia sido fiscalizada com exame da contabilidade, englobando o período objeto do presente lançamento, o que ensejou o encaminhamento pela improcedência da NFLD.

Neste sentido, a autoridade julgadora de 1ª instância procedeu ao julgamento da NFLD no sentido de destacar sua improcedência frente ao entendimento emanado pelo Parecer CJ nº 2376/2000, e da Portaria MPS/SRP/DEFIS nº 02/2007, onde se pode extrair que: “em a autoridade fiscal constatando que um ou mais dos devedores solidários havia sido objeto de auditoria fiscal com exame da contabilidade, o auditor deveria abster-se de constituir o crédito previdenciário.”


Dessa forma, em tendo a unidade descentralizada da SRP interposto recurso de ofício, cabe-nos apenas ratificar seu procedimento, visto estar na estrita observância dos dispositivos legais e normativos.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, voto pelo CONHECIMENTO do recurso para no mérito NEGAR PROVIMENTO ao recurso de ofício, mantendo incólume a Decisão Notificação.

È como voto.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2008



ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA